

Aprovada na 925ª sessão

ALADI/CR/Ata 922
14 de dezembro de 2005
Hora: 9h50m às 11h10m

ATA DA 922ª SESSÃO, ORDINÁRIA,
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em pauta.
 3. Consideração das atas correspondentes às 915ª., 919ª. e 921ª. sessões.
 4. Relatório da XLVI Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/CAFM/XLVI/Relatório).
 5. Fortalecimento do Sistema de Apoio aos PMDERs (ALADI/SEC/dt 466/Rev. 1).
 6. Solicitação do Governo da Ucrânia para ser aceito como Observador (ALADI/SEC/di 1947).
 7. Relatório da Reunião do Conselho Assessor Trabalhista (ALADI/CATI/ Relatório).
 8. Assuntos diversos.
 - O Secretário-Geral informa sobre missões realizadas.
-

Preside:

LEONARDO CARRIÓN EGUIGUREN

Assistem: Juan Carlos Olima, Ricardo Hartstein e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, José Amir Da Costa Dornelles, Luciano Mazza de Andrade, Roberto Goidanich e Eduardo Pereira e Ferreira (Brasil); Oscar Quina Truffa e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile), Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), Marielena Ruiz Capote e José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren e Juan a rrea Miño (Equador), Perla Carvalho, Dora Rodríguez Romero e Marco Antonio Barrera Fuentes (México) Juan Carlos Ramírez Montalbetti e Nancy Doria de Guggiari (Paraguai); Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru); Miguel Pereira (Uruguai), María Lourdes Urbaneja, Luisa López Moreno e Ramón José París García e Olga Mercedes Fuenmayor (Venezuela).

Secretário-Geral: Didier Operti Badán.

Subsecretários: José Rivera Banuet e Isaac Maidana Quisbert.

PRESIDENTE. Bom dia. Damos início à sessão ordinária do Comitê número 922.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

...Como primeiro ponto da Ordem do Dia está sua aprovação. Submeto-o à consideração dos senhores.

Tem a palavra a Delegação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Ricardo Hartstein). Obrigado, senhor Presidente.

Há dois pedidos para que o ponto 4 “Relatório da Reunião sobre o Conselho Assessor Trabalhista” seja colocado no final da Ordem do Dia porque nosso Embaixador chegará tarde e gostaria que estivesse quando for tratado o tema.

Depois pediríamos a inclusão na agenda do projeto de Resolução sobre a reformulação do Conselho Assessor Empresarial, que já foi tratado no Grupo e desejaríamos saber se podia ser incluído na agenda para começar seu tratamento neste âmbito. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Submeto a consideração a proposta da Delegação da Argentina.

Tem a palavra a Delegação de México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Em relação a esta última proposta da Argentina, para tratar o projeto de reformulação da Resolução do Conselho Assessor Empresarial, ainda não temos instruções. Estamos esperando alguns comentários do México. Portanto, solicitaríamos que o tema fosse tratado em outra oportunidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Ricardo Hartstein). Considero que seria positivo tratá-lo nesta sessão, embora não resolvamos nada, porque o Comitê se reunirá, com muita sorte, uma ou duas vezes mais. A idéia é começar a tratá-lo agora para continuar seu tratamento, no possível, nas próximas reuniões. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Não teríamos inconveniente, senão fosse, senhor Presidente, porque no Grupo de Trabalho acordamos e assim comunicamos ao México, que este tema seria novamente considerado em 2006.

Por conseguinte, neste momento deveria solicitar a nossas autoridades que acelerassem o tratamento deste tema. Esse é motivo pelo qual estamos solicitando que fique como tinha acordado o Grupo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Com essas observações modificaríamos a Ordem do Dia passando o ponto 4 "Relatório sobre o Conselho Assessor Trabalhista", para o último ponto, antes de Assuntos diversos, e deixaríamos o tema do Conselho Assessor Empresarial para a próxima reunião.

Aprova-se a Ordem do Dia. Tem a palavra a Secretaria-Geral para tratar Assuntos em pauta.

2. Assuntos em pauta

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente.

Está em poder das Delegações uma lista completa dos Assuntos em pauta, que faz parte desta ata e, portanto, nos remetemos a isso e, naturalmente, consideremos que a informação fornecida é suficiente. Obrigado.

"1. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 171, de 05/12/2005.

Comunica que o Quadragésimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 35, assinado pelos Estados Partes do MERCOSUL e o Chile foi incorporado ao ordenamento jurídico interno brasileiro mediante o Decreto 5601.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2149.

2. Representação Permanente do Chile junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 066/05, de 17/11/2005.

Comunica que foi internalizado ao ordenamento jurídico o Protocolo de Ushuaia sobre compromisso democrático no MERCOSUL, a República da Bolívia e a República do Chile.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2140.

3. Representação Permanente do Paraguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 215, de 05/12/2005.

Envia cópia dos Decretos pelos que se dispõe a vigência do Acordo de Complementação Econômica Nº 54 e do Acordo de Complementação Econômica Nº 59.1.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2151.

4. Convites recebidos:

Associação Venezuelana de Exportadores. Convida o Secretário-Geral para participar do Quarto Congresso Venezuelano de Exportadores "Criando consciência exportadora" e envia seu programa (Caracas, 21-23.II.2006).

Convênio Multilateral sobre Cooperação e Assistência Mútua entre as Direções Nacionais de Aduanas da América Latina, da Espanha e do Portugal. Convida o Secretário-Geral para participar da Oitava Oficina de Especialistas em Nomenclatura do Sistema Harmonizado para a atualização da VUESA da VUENESA (México, 23.I-3.II.2006).

5. Incentivos fiscais e aduaneiros aplicados às exportações pelos países-membros da ALADI (ALADI/SEC/di 1953).

6. Telecentro da ALADI (ALADI/SEC/Memorando 192)."

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral. Submete-se a consideração dos senhores Representantes os Assuntos em pauta.

7. Consideração das atas correspondentes às 915^a, 919^a e 921^a sessões.

...Não havendo observações passamos ao seguinte ponto da Ordem do Dia: Consideração das atas correspondentes às 915^a, 919^a y 921^a sessões, que já foram distribuídas.

Submeto-as à consideração dos senhores Representantes.

Não havendo observações, aprovam-se.

8. Relatório da XLVI Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários. (ALADI/CAFM/XLVI/Relatório).

...Passamos ao ponto 4 da Ordem do Dia: Relatório da Quadragésima Sexta Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários.

Tem a palavra o senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. O senhor Subsecretário Maidana informará sobre este ponto.

SUBSECRETARIO (Isaac Maidana Quisbert). Obrigado, senhor Secretário-Geral. Esta reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários, como os senhores estão informados, realizou-se de 21 a 24 de novembro deste ano.

Dos temas principais tratados neste foro, desejaria destacar que foram estabelecidas algumas normas que modificam artigos do Convênio. Por outro lado, foram adotadas algumas decisões para a adoção das resoluções emergentes destes órgãos. Também foram adotadas decisões para a adoção das resoluções emergentes destes órgãos

Também foram adotadas decisões sobre a modernização do sistema de informação que possui o Convênio.

Finalmente, desejaria destacar que nesta reunião, onde a Secretaria deu apoio técnico e administrativo, gerou-se um encontro para mim muito útil e construtivo entre os especialistas dos Bancos Centrais e o Grupo de Trabalho de Financiamento do Comércio, onde um dos temas tratados com bastante profundidade foi o desenvolvimento dos mandatos que tem a ALADI nestes temas, vinculados ao financiamento e também ao

sistema de garantias, previstos na Resolução 59 (XIII). Este intercâmbio de opiniões foi muito útil, particularmente para a Secretaria, para poder melhorar a formulação dos termos de referência que apresenta estes temas no programa de orçamento do ano 2006.

Isso é tudo, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Subsecretário.

Submete-se o relatório para a consideração dos Representantes.

9. Fortalecimento do Sistema de Apoio aos PMDERs (ALADI/SEC/dt 466/Rev. 1).

...Não havendo observações passaríamos ao seguinte ponto da Ordem do Dia que é o Fortalecimento do Sistema de Apoio aos PMDERs. Tem a palavra a Secretaria-Geral para que informe sobre o tema.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente.

Da mesma maneira que no tema anterior, solicitamos ao Subsecretário Isaac Maidana que nos informe sobre esse tema.

SUBSECRETÁRIO (Isaac Maidana Quisbert). Muito obrigado, senhor Presidente, senhor Secretário-Geral.

Sobre este tema desejaria salientar o documento elaborado no âmbito dos mandatos da Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, particularmente o vinculado às tarefas e encomendas estabelecidas para o Comitê de Representantes e para a Secretaria na Resolução 61 (XIII) que estabelece normas específicas para os países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Esse documento, basicamente, apresenta uma metodologia e propõe uma série de ação com vistas a fortalecer o sistema de apoio, Isto é, esses são os dois objetivos, metodologia e propostas.

O documento No. 466, revisão 1, tem várias partes. Vou fazer um resumo muito breve. Na introdução assinalamos, como uma avaliação bastante rápida, que nos 45 anos de integração houve uma vontade política firme e decidida para aplicar o tratamento diferenciado em favor dos países de menor desenvolvimento. Isto, particularmente na época da ALADI refletiu-se na aprovação de mais de 10 Resoluções do Conselho de Ministros e, por outro lado, a Secretaria elaborou mais de 450 estudos e projetos em 115 anos.

Porém, não obstante o apoio político e técnico da Secretaria o aproveitamento destes países dos benefícios emergentes da integração não foi satisfatório e isto está registrado em uma cifra que demonstra esta situação. Por um lado, podemos observar que de 5.000 itens como média que cada um dos países de menor desenvolvimento recebeu, com total liberalização de tarifas, no caso do Equador e do Paraguai somente foram aproveitados 8% e no caso da Bolívia 5%.

Vinculamos este baixo aproveitamento a fatores não somente exógenos, mas também endógenos dos países, que tiveram neste período dificuldades para poder fortalecer seu aparelho produtivo, para ser mais competitivos. Tudo isso nos leva a uma conclusão global, de que daqui em diante pareceria que o caminho para fortalecer o

sistema de apoio deveria estar focalizado no apoio do desenvolvimento produtivo, da competitividade, particularmente para as micro e pequenas empresas.

O balanço geral mostra, portanto, que o sistema de apoio não foi suficiente pela falta de apoio político ou pelo desenho do âmbito jurídico da Associação, porque isso existiu, e talvez tenhamos verificado a falta de medidas concretas de aplicação das normas contidas nesse âmbito jurídico. Ou seja, estão previstas as normas, mas não houve ações concretas para poder fortalecer, particularmente, aspectos estruturais dos países de menor desenvolvimento econômico relativo. Porém, nesta introdução concluímos que as Resoluções da última Reunião do Conselho de Ministros, particularmente a Resolução 61 (XIII), abre uma agenda de uma visão integral para fortalecer o sistema em favor dos países de menor desenvolvimento, incluindo novos temas vinculados com o desenvolvimento produtivo, com a melhora da competitividade, com o desenvolvimento tecnológico e também com os temas de logística do transporte. Então, esta Resolução dá um novo âmbito jurídico, uma nova agenda que nos permite encaminhar ações de maior precisão e detalhe, vinculado, fundamentalmente, aos fatores endógenos.

O documento registra, também, de forma rápida, todo o âmbito jurídico do sistema de apoio, enfatizando no Capítulo III do Tratado de Montevideu e as últimas Resoluções que acabo de mencionar da Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros.

Na Seção 2 do documento, assinalamos que em função deste âmbito jurídico, levando em conta os trabalhos realizados no Grupo de Trabalho respectivo, tendo recebido contribuições importantes dos países no âmbito desse Grupo e, particularmente, dos países de menor desenvolvimento e somando critérios e orientações que surgem do foro de assimetrias realizado em La Paz, concluindo em Montevideu, vimos que este âmbito de ação, de atividades e de reflexão nos permite fixar alguns objetivos marcos para os futuros passos do sistema de apoio, mas focalizando-os em três grandes eixos temáticos que indico a seguir.

Um é o acesso a mercados, vinculados, principalmente, ao tema da facilitação do comércio. Isto é, tratando de eliminar as restrições não-tarifárias onde detectamos que o problema não somente é a existência dessas barreiras, mas também que os países de menor desenvolvimento poderiam melhorar seus serviços de controle de cumprimento de requisitos, sobretudo no referente às normas sanitárias e fitossanitárias. Por conseguinte, este tema do acesso a mercados teria uma focalização nas medidas não-tarifárias.

O segundo objetivo marco, refere-se ao melhoramento da produtividade e da competitividade. Este é o tema chave para os países de menor desenvolvimento econômico relativo, no sentido de que também detectamos claramente que os três países nestes últimos 15, 20 anos, não foi diversificada a oferta. A oferta de produtos é muito reduzida, o qual lhes impede aproveitar adequadamente os benefícios. Há uma média de mais ou menos 20 itens por cada país que constitui a oferta exportável frente a 5.000 itens liberados. Realmente há um grande desequilíbrio. Por conseguinte, devemos trabalhar muito no tema da produtividade, da competitividade, colocando especial ênfase nas microempresas.

E, finalmente, propomos o objetivo marco de uma cooperação técnica e financeira diferente. Por um lado, uma cooperação que não somente vise a solução de problemas pontuais de estudos de mercados, o apoio a setores, empresas, mas que também apóie o desenvolvimento de programas estratégicos, de programas importantes que nos levarão à reformular a cooperação, levando em conta as fontes atuais. Por outro lado, é evidente que as fontes financeiras da ALADI não são suficientes, mas mediante a cooperação com

organismos internacionais pode incrementar-se, se elaboramos com os PMDERs projetos estratégicos.

Também é necessário realizar um ordenamento da cooperação dos PMDERs bilateralmente e com outros organismos. Creio que neste ponto a cooperação entre as agências internacionais e os países pode permitir-nos ter mais recursos para enfrentar projetos de envergadura.

Depois, na Seção 3 do documento, fazemos um breve informe das atividades que, de qualquer maneira, realizaram-se a partir das Resoluções 59 (XIII) e 61 (XIII).

Na Resolução 61 (XIII) há três mandatos à Secretaria: o primeiro nos indica que devemos trabalhar na articulação da cooperação. Nesse sentido, o documento menciona já comentamos um trabalho com os três países para articular a cooperação que dá a ALADI com a cooperação recebida de outras agências.

Um segundo mandato para a Secretaria é fixar critérios e requisitos na qualificação dos projetos. Este tema também está sendo desenvolvido pela Secretaria. Tem um sistema de qualificação bastante ordenado e acreditamos que, inclusive, este pode ser objeto de um manual que podemos desenvolver para que seja de utilidade também em outras áreas.

Finalmente no Artigo Terceiro da Resolução 61 (XIII) diz que devemos detectar mecanismos de intercâmbio de informação e consulta para encaminhar soluções nas sensibilidades comerciais dos PMDERs, produto da convergência dos acordos ou das relações que tenham estes países em sua vinculação comercial na região. Este tema também já foi trabalhado pela Secretaria. Fizemos trabalhos particularmente para o Paraguai e para a Bolívia, onde são analisados os efeitos da convergência de acordos perante a oferta exportável destes países.

Finalmente, senhor Presidente, na Seção 4, nós propomos ações concretas que as dividimos em três grandes capítulos: o capítulo A), vinculado ao cumprimento dos mandatos do Conselho de Ministros, o capítulo B), que se refere aos programas anuais que tradicional e historicamente se desenvolvem no âmbito da ALADI em favor dos três países, e o capítulo C), que se refere ao cumprimento do mandato da Cúpula Sul-Americana, onde Secretaria participou ativamente nos trabalhos de um futuro desenho de novos enfoques das assimetrias neste processo de integração.

Esta parte do documento que contém propostas nestes três níveis foram amplamente explicadas no Grupo de Trabalho. Portanto, senhor Presidente, neste momento não é necessário fazê-lo. É muito extenso, figura no anexo, página 11 do documento. Desejo somente salientar que foi discutido amplamente no Grupo, o qual aceitou as propostas da Secretaria e incorporou também algumas novas atividades que enriquecem a ação da Secretaria e dos países em favor do fortalecimento do sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Este documento 466, revisão 1, incorpora as diferentes observações feitas pelas Delegações e substancialmente recolhe as propostas de melhora nas diferentes atividades apresentadas no anexo.

Senhor Presidente, para concluir desejo agradecer, de maneira muito especial, em primeiro lugar, os países-membro pela boa acolhida e cobertura ao tratamento deste tema e, em segundo lugar, desejo agradecer à Representação da Venezuela pela coordenação do Grupo e pela direção das atividades, que nos permite hoje apresentar, esta tarde, na

Comissão por Orçamento por Programas estas atividades, já com um grau bastante importante de consenso a este nível. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Subsecretário. Submeto o tema para a consideração dos senhores Representantes.

Tem a palavra à Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, senhor Presidente.

Em princípio desejo agradecer o esforço da Secretaria na apresentação da proposta e também a ampla explicação dada sobre este ponto. Outrossim, desejaria destacar que, efetivamente, as propostas registradas no quadro sinótico de ações recolhem as propostas e sugestões formuladas nas reuniões do Grupo de Trabalho de Apoio aos PMDERs.

Por conseguinte, a Representação da Bolívia desejaria apoiar esta proposta. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado ao Representante da Bolívia. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Bom dia. Disculpem a chegada tarde, cheguei em tempo para tratar este tema. Desejo destacar neste ponto o esforço de coordenação e de articulação que fizemos. Creio que foi um trabalho interessante e os companheiros das Representações participaram. Sempre tivemos o *quórum* necessário. Creio que isto é importante.

Depois nesta tarefa de coordenação e de articulação, destacar um esforço realizado no tratamento do tema e fazer do Sistema de Apoio aos PMDERs, uma possibilidade de atrever-nos a levar adiante um enfoque mais integral do tema das assimetrias e o reconhecimento do tratamento deste tema para pensar na integração mais ampla, na integração sul-americana, que considero um desafio.

Correspondeu-me, então, como Coordenadora do Grupo de Trabalho, compartilhar da experiência, por exemplo, do foro da Bolívia e sua continuação aqui, onde devemos destacar o esforço dos organismos, que pela primeira vez se sentaram em uma mesma mesa diferentes organismos da comunidade regional para pensar juntos isto e nesse sentido avançamos. Portanto, hoje quando estava revisando o tema deste documento, a idéia de manter esta linha de trabalho e continuar neste diálogo permanente para fazer este mandato, que é do Conselho de Ministros, mas também está no centro da discussão da integração. Creio que o tema das assimetrias entre nossos países, não somente entre os países de menor desenvolvimento econômico relativo, deve ser observada entre dos países, entre setores, etc., porque é um problema central a ser levado em consideração.

Então, queria destacar também o fato de ter assumido o tema da complementaridade como um valor e uma estratégia importante no momento de tratar o fortalecimento do Sistema de Apoio aos PMDERs, porque isto nos permite propor-nos melhorar a produtividade de outra perspectiva e também o tema da competitividade e da comercialização, mas colocando a complementaridade como uma estratégia fundamental.

Consideramos importante esse tema e o outro tema é a iniciativa de articular melhor a cooperação, destacar o tema da cooperação sul-sul e temos algumas iniciativas no planejamento do orçamento, que nos permite indagar mais dentro dos países ou das

instituições que fazem cooperação na região para complementá-la, também e que não seja realizados programas isolados, se não que permitam realmente somar-se.

O outro tema que está aqui, certamente também na proposta do documento tem a ver com a participação, como é impulsionado dos países, a participação ativa, isto é que o sistema de apoio deixe de ser como um enclave que chega, se não um apoio que fortalecerá internamente. Por conseguinte, isso e algumas outras coisas, certamente, gostaria de ter destacado. Mas, desejo agradecer à Secretaria-Geral na pessoa do Subsecretário Isaac Maidana e a todos os companheiros e companheiras, os colegas das Representações, que conjuntamente participaram com suas contribuições. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado à Embaixadora da Venezuela. Tem a palavra o Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Juan Carlos Ramírez Montalbetti). Muito obrigado, senhor Presidente.

Em primeiro lugar, desejo agradecer o trabalho da Secretaria-Geral e, fundamentalmente, também, dentro do grupo de coordenação que trabalhou. Considero muito importante este documento, que é muito valioso, porque repõe novamente algumas questões fundamentais para levar adiante este processo de integração.

Creio que os diagnósticos estão bem feitos. A lista de ações específicas que propõe é o reflexo do universo de problemas a serem resolvidos, mas, talvez, corresponda mencionar duas áreas. Por um lado, os programas que possam ser feitos na ALADI como fruto de uma proposta dirigida a temas de caráter geral, programas vinculados à solução de muitos problemas enunciados por parte do documento da Subsecretaria e, por outro lado, as ações específicas demandadas pelos próprios países em um estado que não está aqui bem especificado, mas sei que a tem conhecimento disso.

Também desejo destacar o tema do financiamento. Se não conseguimos um financiamento este listado continuará sendo um listado e esse é o problema. Embora seja verdade que IIRSA nos soluciona muitos dos gravíssimos problemas de origem em matéria de vialidade, integração física, algumas questões de caráter estrutural, os programas vinculados à competitividade, diversificação da oferta exportável, todos eles são programas devem, evidentemente, contar com um financiamento adequado. Em breve teremos o Representante da Corporação Andina que nos informará que possibilidades existem para poder avançar nessa área. Mas, devemos reconhecer que talvez seja necessário reflatar, revive uma Resolução da ALADI aproximadamente do ano 84, em relação à criação de uma espécie de fundos especiais para os países com obstáculos assimétricos.

Tinha começado a revisar essa Resolução, Senhor Presidente e Secretaria-Geral. Creio que seria importante dedicar-nos um pouco a esses fundos especiais, porque assim como estão as coisas não podiam ser muito importantes, devido, repito a que os temas de transporte, os temas vinculadas com a infra-estrutura estão, praticamente, programados e absorvidas pelos programa de IIRSA, mas tenho entendido que estes temas e, principalmente, creio que a experiência de caminhar um pouco por nossos países no sentido de revisar nossas debilidades estruturais, até que ponto estamos vinculados com essa função, que para alguns já é uma predestinação ser países exportadores de matéria-prima, vinculados a uma situação de pouca validez, em termos internacionais.

Um pouco por isso, estou lembrando esta questão. Creio que além dos programas elaborados, os temas apresentados pela Embaixadora da Venezuela são reais. Os termos

da cooperação internacional são fundamentais para poder remover estes obstáculos. Caso contrário as brechas se ampliam. É sabido que os países com menor capacidade de desenvolvimento, no ritmo de crescimento e de desenvolvimento de nossos países, as brechas se ampliam naturalmente porque os países que países maiores dão 10 passos e os países pequenos 2, e assim essa brecha se amplia em todos os termos. Por conseguinte, nesses termos sempre há uma deterioração maior nestes temas.

Para concluir, Presidente, manifesto meu otimismo em relação à proposta que me faz, mas, fundamentalmente, a preocupação porque os termos de cooperação sejam de um volume razoável para poder encarar estes temas e a cooperação surgirá, evidentemente, de uma série de fontes que devemos desenvolver, na medida em que possamos. Sei que a Secretaria-Geral, através da Subsecretaria, tem algumas idéias sobre essas questões, mas solicitaria enfatizar especialmente este ponto concreto da cooperação, seja a nível de PMDERs ou a nível de todos os demais países e é tão evidente que não é necessário mencionar, mas todos estamos dependendo, de alguma maneira, de uma cooperação internacional muito mais forte que a que hoje temos e, principalmente, desenvolver os outros aspectos que, às vezes, digo, que não necessitaríamos esmola se tivéssemos uma relação mais honesta e muito mais sincera, acesso a mercados, fundamentalmente, eliminação de obstáculos ao comércio, etc., são realmente os fatores preponderantes para poder levantar a economia de nossos países e não depender tanto da esmola que a nível internacional nos possam dar. Isso é tudo, Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador do Paraguai. Tem a palavra o Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (Juan Larrea Miño). Obrigado, senhor Presidente.

A Delegação do Equador agradece a Secretaria por este importante documento, apóia o conteúdo em sua totalidade e solicita seja levado à prática para tornar efetiva as ações concretas para o fortalecimento do apoio do Sistema aos PMDERs.

A Delegação do Equador, respalda esta importante proposta que permitirá obter a cooperação e o financiamento para este evento. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado ao Equador. Tem a palavra a Representante de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigado, senhor Presidente. Somente queria aderir ao agradecimento feito aos colegas que me precederam em relação ao trabalho realizado pela Secretaria e pelo Grupo de Trabalho.

Cuba apoiou, historicamente, o tratamento diferenciado aos países de menor desenvolvimento econômico relativo e consideramos que o enfoque do documento apresentado é amplo., coincidimos com os objetivos marcos expostos e consideramos que é um documento apropriado para ser levado em conta, porque sistematiza um grupo de ações importantes, inclusive já estabelece um cronograma de atividades para o ano 2006. Coincidimos com esse enfoque, apoiamos os documentos e o desafio existe, por conseguinte, nos trabalhos do Grupo de Trabalho e do próprio Comitê de Representantes do ano próximo. Reitero, apoiamos o documento. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado ao Representante de Cuba. Tem a palavra o Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, senhor Presidente. Também, em primeiro lugar, desejo agradecer o documento apresentado, que sistematiza, de uma maneira muito clara, uma série de ações que a ALADI pode e deve realizar com vistas a promover o desenvolvimento e a integração dos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Queria fazer apenas um comentário específico sobre o tema acesso a mercados, no ponto 1, da seção 2, fala-se de estudos de inteligência de mercados, não se fala de acesso a mercados e depois, na seção 4, ações específicas, menciona-se o mandato 3, ação. o último parágrafo diz: em relação à promoção e fomento das exportações, propõe-se a edição e difusão dos diretórios de exportadores dos PMDERs, publicação dos acordos comerciais e o desenho de um portal no site da Associação.

Não sei se algo do que hoje sugeri já está sendo feito ou está previsto, mas considero que mais que difundir os diretórios dos exportadores dos PMDERs, seria importante ter estudos de inteligência de mercados da demanda em outros mercados dos produtos produzidos pelos PMDERs e não somente nos países da ALADI, mas também nos de fora da ALADI, no mundo desenvolvido, porque muitas vezes creio que todos vivemos a experiência, que a dificuldade de exportar não é que os países não desejem exportar. Acontece que não conhecem os mercados e não se orienta a demanda para os exportadores.

Por conseguinte, o diretório de exportadores, muitas vezes é suficiente, porque os países importadores não procurarão nos países que os produzem. Por conseguinte, sugeriria que se pensasse também em um estudo que procurasse identificar que produtos estão importando os grandes importadores mundiais e que poderiam ser importados dos países PMDERs de nossa região. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do Brasil.

Como Presidente, também desejo agradecer o trabalho da Coordenadora do Grupo de Trabalho de PMDERs, a Embaixadora da Venezuela, que tem uma atividade, quase febril, de continuar, perseguir e insistir em realizar reuniões e entregar os trabalhos e, ao mesmo tempo, o apoio da Subsecretaria, neste caso, do Subsecretário Maidana, para alcançar este documento. Creio que está sendo tratado o tema dos PMDERs com muita mais seriedade, que estamos entrando no caminho correto e como Presidência, e ao mesmo tempo, como Representante do Equador, também desejo expressar meu reconhecimento.

10. Solicitação do Governo da Ucrânia para ser aceito como Observador (ALADI/ SEC/di 1947).

...Com isto passaríamos ao seguinte ponto da Ordem do Dia, que é o ponto 6, referente à solicitação do Governo da Ucrânia para ser aceito como Observador. Como sabem, na sessão de 8 de novembro, informou-se ao Comitê de Representantes que o Governo da Ucrânia tinha enviado uma comunicação à Secretaria-Geral solicitando ser aceito como Observador junto à ALADI.

Submete-se o tema para a consideração dos senhores Representantes.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Serei muito breve. Obviamente, não temos nenhuma observação para fazer a esta solicitação de um país com o qual temos relações normais diplomáticas, mas desejo manifestar que esta

tarefa com os Observadores não tem muito sentido, na medida em que vemos que atrás não há ninguém. Por conseguinte, ser Observador na ALADI é um adorno interessante, mas finalmente um adorno.

Em síntese, ou fazemos um trabalho eficiente com os Observadores e eles têm um sentido prático ou modificamos o esquema de Observadores, porque ter solicitações de participação e depois que não participem de nada considero que não é positivo nem para o organismo nem para os Observadores. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante da Argentina. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Um pedido de esclarecimento na linha do que mencionou nosso colega da Argentina. Se mal não lembro, aprovamos uma Resolução neste Comitê sobre ingresso de Observadores, que falava de programas de cooperação e coisas assim e creio que quase nos estamos esquecendo, mas talvez seria interessante retomar a Resolução e distribuí-la como documento anexo ao pedido da Ucrânia e de qualquer outro país que apresente um pedido para ser Observador. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Coincido com a observação ou com as observações feitas quanto a que a condição de Observador não deve ser uma condição simbólica. Creio que a Sala fala por si mesma. Talvez não para uma sessão deste tipo, em que são tratados problemas internos, mas em outras oportunidades em que também foram tratados temas que poderiam registrar um interesse objetivo pelos temas e pelos participantes. Não tivemos tampouco uma presença significativa dos Observadores. Porém, desejaria fazer uma pequena distinção. Creio que o Comitê já trabalhou nisto e como manifestava o Senhor Embaixador Olima, e particularmente o Embaixador do Brasil, há algumas normas.

Creio que este tema merece ser revisado com certa profundidade, porque na medida em que a ALADI deseje manter um diálogo internacional na sua condição de Associação regional e deseje ser um referente regional da integração latino-americana, esse diálogo extra-regional não é somente com as organizações internacionais, também o realiza, na medida do possível, pelo menos, com determinados Estados.

Por conseguinte, faria uma pequena distinção. Creio que o Comitê poderia resolver esta questão da Ucrânia e inclui-la na agenda de seus trabalhos, para ser considerado de forma mais exaustiva a proposta feita pelo senhor Representante da Argentina e do Uruguai. Visitou-me, e insistiu telefonicamente, com muita assiduidade, sobre o interesse de seu Estado, de seu Governo, de acreditar-se aqui como Observador e creio que uma resposta pode implicar uma espécie de condicionamento a normas que não estiveram em vigor no momento da apresentação de seu pedido. Poderia, de alguma maneira, dar uma mensagem um pouco equivocada do ponto de vista político-institucional, em um sentido mais amplo.

Portanto, a sugestão da Secretaria, depois de nós recebermos a visita do Representante da Ucrânia, seria que o Comitê, caso não tenha observações importantes de fundo que impeçam ou não permitam esta inclusão à lista de Observadores, poderíamos resolvê-lo. Não estou dizendo estritamente que seja resolvido hoje. Seria ideal solucionar este tema quanto antes, mas considero que são dois temas diferentes. Um tema é resolver sobre um pedido que já tem algum processo em trâmite e depois examinar o tema em si

mesmo e buscar, utilizando a imaginação, algumas fórmulas que, inclusive, possam traduzir-se, como lembrava o Embaixador Pericás, em cooperação. Isto é, creio que uma boa política de cooperação também pode ter nos Observadores algum tipo de interlocutor.

Manifesto isto porque recebi, de forma permanente, o interesse da Ucrânia de que este tema seja resolvido, É simplesmente por isso que faço este comentário. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Tem a palavra a Representante do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Obrigado, Presidente. Nós, em nossa Delegação tivemos a preocupação quando, antes da administração do doutor Operti, existia uma regulamentação no sentido de que obrigatoriamente devia haver um projeto de cooperação com os países Observadores, que foi mudada, mais ou menos, quando o Japão entrou como Observador. Não sei que aconteceu com alguns projetos de cooperação que tinham apresentado com o Japão.

Acontece que de acordo com a Resolução 281, já não é mais uma questão obrigatória para os membros, mas no Artigo Terceiro diz que “a Secretaria-Geral promoverá ações de cooperação com os países ou organismos internacionais que tenham sido admitidos em qualidade de Observadores” e também diz que “a Secretaria-Geral apresentará ao Comitê de Representantes relatórios sobre os resultados alcançados nas ações de cooperação”. Não sou contrário ao ingresso da Ucrânia, logicamente, mas desejo fazer uma nova reflexão porque, efetivamente, creio que algo se perdeu com a passagem de um regime para o outro e apoio o manifestado pelo Secretário-Geral, que deveria refletir um pouco mais profundamente sobre estes programas de cooperação para que os interessados em adquirir a qualidade de Observadores, sejam Observadores um pouco mais ativos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado ao México. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, Presidente. Para somar-me ao que acaba de dizer a senhora Representante do México. Creio que nossa preocupação, a de todos, quando aprovamos a Resolução 281, em junho de 2004, foi justamente tratar de obter um tipo de relação mais intensa com os Observadores. Então adiro ao que propõe a senhora Representante do México, o Embaixador da Argentina e também o Secretário-Geral.

Desde já desejo esclarecer que não temos nenhum problema com a aceitação da Ucrânia como Observador. Pelo contrário, estamos listos para aprovar hoje, mas vou insistir em que o tema está no parágrafo Terceiro da Resolução 281 que, na realidade, encomenda à Secretaria-Geral promover ações de cooperação com os países e organismos que sejam admitidos como Observadores. É algo que devemos desenvolver e, talvez, refletir um pouco mais sobre isso. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. Tem a palavra o Representante do Peru.

Representação do PERU (Eric Anderson Machado). Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, para apoiar o manifestado pelo Secretário-Geral no sentido de separar o tratamento da solicitação da Ucrânia, à qual também minha Delegação está lista a apoiar neste momento, se for necessário, e segundo, tratar o tema dos Observadores, de uma maneira, prática. Indubitavelmente, desde que estou na Representação do Peru, pude

observar que, lamentavelmente, a participação dos Observadores é mínima e limita-se, basicamente, aos coquetéis ou aos quais eles também são incorporados dentro das funções do que poderia ser a ALADI.

Nesse sentido, permito-me sugerir que neste trabalho que nós ou, talvez, a Secretaria- Geral realize, possa elaborar uma reestruturação das funções que poderiam ter os países Observadores e que estes sejam convidados, justamente, para participar desta reformulação. Creio importante que eles estejam presentes neste processo em que queremos incorporá-los à atividade da ALADI. Se o Comitê trabalha um documento sem a presença deles podemos continuar com o mesmo resultado e considero que deveríamos ter um diálogo e incorporar, justamente, o que eles pensam, como poderia ser sua participação nesta organização. Permito-me apresentar esta proposta a fim de avaliar a conveniência de convidar também os Observadores para participar desta reformulação de sua participação na ALADI. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do Peru e antes de dar a palavra à Delegação da Colômbia o Secretário-Geral deseja fazer um esclarecimento..

SECRETÁRIO-GERAL. Somente para fazer um brevíssimo esclarecimento. Nessa linha de reflexão ou de comentário que se acaba de formular, praticamente do início de nossa gestão, tivemos muitos encontros com representações dos países Observadores e, efetivamente, tivemos ocasião de fazer alguma reflexão conjunta sobre qual poderia ser esse papel e este está eminentemente ligado à importância da agenda da ALADI.

Se a ALADI tem uma agenda construtiva na qual surja um elemento de atenção que não se esgote somente no aspecto regional, mas que também se projete sobre o externo, isso trará consigo, naturalmente, a presença dos Observadores. Eles não vão vir aqui à ALADI, entanto a temática não registre interesse para eles ou para seus Governos..

Portanto, diria que nesta transversalidade que temos entre o Espaço de Livre Comércio, os PMDERs e as políticas que deseja levar adiante, do ponto de vista do cumprimento das Resoluções do Conselho de Ministros do ano passado, creio que há um ponto de enlace que pode levar a uma revisão que acompanhasse a Resolução do ano passado a esta nova situação ou a esta nova agenda.

Por conseguinte, a proposta que se acaba de fazer é no sentido de chamar à mesa de conversação os Observadores e, talvez, em algum caso, inclusive de forma coletiva, para ter uma espécie de colegiado de opiniões que nos habilite a fazer uma melhor síntese, porque, individualmente, cada um tem a tendência a ser um pouco complacente. Porém, em um jogo coletivo, provavelmente poderíamos sacar uma média de interesse e dessa maneira trabalhar.

Considero interessante a proposta. Creio que está na linha com a que, de alguma maneira, estávamos desenvolvendo como exercício. Não vou contar-lhes aqui como me foi. Em alguns casos bem, em outros regular e em outros mal. Isto é, há instituições acreditadas aqui, no Uruguai, que têm uma espécie de síndrome em matéria de ALADI, que deve ser superado como todos os síndromes e há uma certa reação quanto a não ver-nos como uma instituição ativa, mas aletargada e isso é um repecho que devemos subir e creio que devemos fazê-lo entre todos. Isto também é uma expressão disso.

Somente isto, para afirmar que uma das linhas de trabalho da Secretaria deverá ser continuar e aprofundar a relação com Organizações e Estados interessados na tarefa da ALADI. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado ao Secretário-Geral. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigado, senhor Presidente.

Minha Delegação deseja aderir às expressões e reflexões das pessoas que me antecederam no uso da palavra, recordando que, evidentemente, tivemos interesse na administração anterior de poder estabelecer um vínculo mais estreito e particular com os países Observadores e para dizer, já na própria Resolução 281, o Artigo Quarto fala muito especificamente de que “o Comitê poderá realizar sessões especiais com um ou mais Observadores para analisar temas e intercambiar idéias sobre matérias de interesse comum”. Considero que nossa preocupação deve centralizar-se na definição daqueles temas e colocar em andamento o que a própria Resolução já estabelece.

Adicionalmente, desejo dizer que minha Delegação não tem nenhum problema em admitir e em votar a favor da admissão da República da Ucrânia na qualidade de Observador, se assim for determinado nesta sessão. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado à Delegação da Colômbia. Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Como nós apresentamos o tema, desejo deixar novamente estabelecido que não temos inconveniente algum em aprovar, no momento em que o Comitê assim disponha, a incorporação da Ucrânia, mas queríamos voltar à Resolução 281. Quando aprovamos essa Resolução eliminamos a condicionante, porque nos parecia que era submeter aos países a uma cooperação forçada, mas também naquele momento propomos, que não se realizou, uma reunião do Comitê com todos os Observadores para, precisamente, recolher a sugestão do Peru.

Estou insistindo para que hoje, nesta ocasião não nos esqueçamos desta proposta, quando reiniciemos as tarefas, porque considero que já não há tempo para fazê-lo neste ano, tenhamos na agenda essa incorporação.

Finalmente, como creio que todos devemos tratar de melhorar nosso mecanismo de trabalho, o colega do Brasil me dizia uma coisa que desejo transmitir. Seria bom que nas Ordens do Dia, quando incluamos tratamentos desta natureza, façamos referência também aos documentos ou regulamentações. Por exemplo, ao tratar o tema Ucrânia, dizer, Resolução 281, porque isso ajuda ao tratamento dos temas e considera que torna mais eficiente nossa tarefa. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Em primeiro lugar, para aderir ao momento de reflexão, de sugestões e de propostas em relação a este tema que lembro foi muito discutido no ano passado. A Resolução 281 é produto de uma reflexão. Naquele momento falávamos de que éramos um pouco exigentes com o ingresso de Observadores e flexibilizamos um pouco.

Não se trata de flexibilizar ou restringir Trata-se de implementar mecanismos que realmente enriqueçam, que a presença dos Observadores não seja um simples ritual

formal, mas uma contribuição a nosso trabalho e à visão da Associação. O manifestado pelo Embaixador Olima deve servir-nos para isso e para dispor-nos a implementar a Resolução e enriquecê-la no trabalho conjunto com cada um dos Observadores, buscando temas de interesse ou temas relacionados com o papel dos Observadores. Creio que devemos entusiasmar e entusiasmar-nos para que venham e para que tenha sentido ser Observadores neste Organismo.

Queria aderir a isto e, logicamente, não significa esta reflexão um obstáculo nem um discernimento da decisão. Se consideramos importante, seria bom saber se a Ucrânia está no espírito ou, pelo menos, conhece o espírito desta Resolução 281, e eles também já devem estar pensando nisso da cooperação. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Tem a palavra a Delegação de Equador.

Representação do EQUADOR (Juan Larrea Miño). Obrigado, senhor Presidente. A Delegação do Equador adere aos critérios emanados das diferentes Delegações e expressa, desde já, seu apoio à solicitação do Governo da Ucrânia para ser aceito como Observador na ALADI, no momento que isto seja considerado no Comitê. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Peço desculpas, Presidente por intervir novamente neste tema. Queria, somente, fazer um comentário adicional. A Ucrânia não tem Embaixada aqui. Portanto, será um Observador que virá uma vez por ano, quando a Ucrânia vem visita as autoridades e queria, simplesmente, manifestar isto porque, realmente, será difícil intensificar a cooperação com a Ucrânia.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Em relação a esse ponto, falei com o senhor Representante da Ucrânia e, precisamente, pareceria que aqui, o interesse de ter uma maior presença poderia ajudar na decisão de seu governo para ter uma Embaixada com sede. Por conseguinte, o argumento é real, mas também é real que tendo outro ponto de enlace com Montevideu, poderiam adiantar em seu projeto de ter uma Embaixada específica aqui, mas, sem dúvida alguma, a observação é válida.

PRESIDENTE. Obrigado. Neste momento já se pronunciaram sete Representações apoiando a proposta da entrada da República da Ucrânia como país Observador e, obviamente, a Presidência compartilha, o fato de que o Comitê assumira este tema globalmente para dar-lhe uma política e intensificar o assunto, com o qual quis simplesmente propor-lhes que na sessão de hoje aceitemos a solicitação da Ucrânia e coloquemos na próxima Ordem do Dia, que ficaria como decisão nossa, que, quando o Comitê reinicie suas sessões o próximo ano realizemos um reunião do Comitê especial para tratar este tema. Talvez seria melhor consultar os países Observadores. Talvez deveríamos ter uma reunião entre nós para planejar e outra com eles para estabelecer já uma relação mais ativa e, no futuro, tê-los presente, pela importância para estender a ALADI fora de sua própria região.

Caso estejam de acordo, procederíamos desta maneira.

Não havendo observações, tomamos esta decisão.

11. Relatório da Reunião do Conselho Assessor Trabalhista (ALADI/CAL.I/Relatório).

...Passamos ao penúltimo ponto da Ordem do Dia que é o Relatório sobre a Reunião do Conselho Assessor Trabalhista. Tem a palavra o senhor Embaixador da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Como estamos já estamos a uma altura do ano onde já estamos com pouca força, vou tratar de ser realmente simples e breve. Há um relatório elaborado pela Secretaria, que o é o relatório ALADI/CAL.I, de 12 de dezembro de 2005.

Para ser muito breves, desejo informar-lhes que vieram 32 representantes de todos os países excetuando a Cuba, que por razões operacionais na última oportunidade não puderam estar presentes.

Além disso, estiveram presentes funcionários das Representações Permanente e da Secretaria-Geral e creio que a síntese consiste em ler as conclusões. Em primeiro lugar, deve ser apoiado plenamente o funcionamento do Conselho Assessor Trabalhista (CAT), fato que está indicando a forma em que foi recebida esta iniciativa que, realmente suscitou nos setores trabalhistas uma muito importante reação positiva.

É a primeira vez que são convidados para participar do debate sobre a construção de um Espaço de Livre Comércio na região.

A segunda é identificar mecanismos para uma maior participação do setor trabalhista na construção de um Espaço de Livre Comércio.

A terceira é enfatizar nos temas de infra-estrutura física, energética e outras vinculadas com a produtividade no âmbito do Espaço de Livre Comércio.

A quarta conclusão é avançar na carta sócio-trabalhista latino-americana, que é um ponto que me parece muito importante e que creio que deveria concentrar também nossa atenção.

A quinta é incorporar os temas sócio-trabalhistas no novo processo de integração regional. Isto está vinculado com o que indiquei do entusiasmo que surgiu desta convocatória.

A sexta, elaborar indicadores de trabalho com relação ao Espaço de Livre Comércio. Que significa isto? Durante as exposições dos setores trabalhistas, manifestaram não ter conhecimento de nenhum estudo feito pela ALADI ou alguma outra organização regional ou internacional que não seja a OIT, onde fosse levado em consideração os efeitos dos acordos de livre comércio sobre os aspectos trabalhistas e sugeriam que é um tema que devemos considerar positivamente, que não foi considerado.

A sétima é propiciar um fundo de desenvolvimento para os Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo. Isto está vinculado com a filosofia de tratamento sistemático dos PMDERs proposto pelo Grupo de Trabalho correspondente.

E, finalmente, recomendar uma maior articulação e coordenação das instâncias nas quais são negociados os acordos de integração latino-americana. Este último ponto é também uma necessidade nossa. Nele informou-se que estamos planejando uma reunião dos responsáveis pelas áreas de integração da região para o mês de maio/junho do

próximo ano e que pensamos que isso ia contribuir para o ordenamento das diferentes esferas de trabalho.

Creio que com esta síntese, Presidente, fica evidenciado que o Comitê teve uma sábia atitude quando convocou esta reunião do Conselho Assessor Trabalhista. Obrigado Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante da Argentina. Têm a palavra os senhores Representantes.

Tem a palavra el Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. A Secretaria seguiu com muito interesse a convocatória do Conselho Assessor Trabalhista e o trabalho que está desenvolvendo este órgão assessor do Comitê. Também, naturalmente, acompanha todos os esforços necessários para convocar o Conselho Assessor Empresarial, mas desejaríamos ter, no tocante à Secretaria, algum tipo de orientação que nos permitisse pôr em perspectiva o trabalho.

Aquí há uma série de conclusões, que aparecem na página 3 do documento, e que o Embaixador Olima, na sua condição de Coordenador do Grupo, informou sobre ele de forma exaustiva. O tema é se estes pontos seriam objeto de uma consideração especial no Comitê em algum momento ou se em lugar de tomá-lo como um conjunto temático, seriam incluídos quando fossem tratados temas vinculados a esses temas em particular.

Digo isto porque na preparação destas Ordens do Dia, no trabalho de Presidência, haverá ademais uma nova Presidência em 2006, deveríamos levar em consideração estes aspectos para saber em que medida produzimos o fenômeno de comunicação destas conclusões com a tarefa do Comitê e manifesto isto porque em função disso a Secretaria deveria ir solucionando aquelas, em alguns casos interrogantes, que apresentam as conclusões. Por exemplo, incorporar os temas sócio-trabalhistas no novo processo de integração regional. Esta é uma definição de caráter político, que deveria ser adotada em algum momento por um corpo político. Porém, a Secretaria poderia trabalhar na elaboração de indicadores de trabalho em relação ao Espaço de Livre Comércio, porque este tema faz parte, conceitualmente, dessa categoria.

Em poucas palavras, há alguns temas auto-suficientes que a Secretaria pode manejá-los e há outros, dentro das conclusões alcançadas, que requereriam expressão e vontade política. Digo isto porque não poderíamos produzir uma transferência automática destas conclusões ao trabalho da Secretaria se ela não possuisse os mandatos suficientes para fazê-lo. Esse é o ponto que desejo apresentar com toda clareza neste instante. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Alguma observação dos senhores Representantes?

Se não há observações, permito-me sugerir realizar, no próximo ano, uma reunião específica do Comitê para tratar este tema, que é muito importante e requer de um debate pormenorizado e sério por parte do Comitê.

12. Assuntos diversos.

... com essas observações passaríamos ao último ponto da Ordem do Dia, que é Assuntos diversos.

Tem a palavra o senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Vou, simplesmente, de forma muito breve, informar sobre as missões realizadas nas últimas semanas.

Em 30 de novembro, por convite do Presidente do Conselho Permanente da OEA, no marco de convites enviados aos Organismos de integração participamos dessa reunião onde demos algumas informações atualizadas sobre os trabalhos que realiza neste momento a ALADI.

Em 2 de dezembro tivemos uma reunião com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com seus diretores e gerentes dos países-membros e nessa oportunidade, tivemos espaço para examinar os projetos em curso, em alguns dos quais deveremos fazer alguns exames complementares, por parte do próprio Banco.

Na semana anterior, participamos da Cúpula Sul-Americana e nela apresentamos, brevemente, de forma muito resumida, as atividades que está realizando a ALADI. Para essa circunstância foi elaborado um papel de trabalho, um pequeno documento de trabalho, de 8 páginas, que foi enviado a todas as Delegações.

Finalmente, desejaria dizer também que estivemos atentos à reiteração das solicitações de cooperação expressadas pela Cúpula Sul-Americana de Chefes de Estado e de Governo, com relação à ALADI que, de alguma maneira, constituíram uma reafirmação dos mandatos emergentes ou solicitações, para ser mais preciso, da reunião realizada em Brasília, em setembro último.

Isso é o que tenho para informar neste momento, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral. Alguma Delegação deseja fazer observações?

Tem a palavra a Delegação da Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Perdão Presidente. Simplesmente desejo fazer uma consulta. Ontem ou anteontem li um comunicado de imprensa da Secretaria-Geral da OEA onde diz que está sendo planejada uma reunião na OEA, convocada pela OEA, dos organismos de integração latino-americanos. Queria saber se a Secretaria tinha informação sobre este tema, para quando está previsto isto, porque me parece que uma convocatória desta natureza deveria ser analisada também politicamente no Comitê de Representantes. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. A esse respeito desejaria informar que no encontro mantido com o senhor Secretário-Geral da OEA, José Miguel Insulza, em Washington, adiantou seu interesse e sua preocupação por estar devidamente em contato com os organismos de integração, aos quais lhes outorga um significado não somente de caráter comercial, mas também de natureza mais ampla e como protagonistas do novo diálogo político regional.

Não tenho detalhes quanto à origem deste projeto, nem a sua execução, e menos ainda no que se refere aos alcances. A data tentativa da que ele falou, efetivamente, foi março, levando em consideração algumas circunstâncias que favoreciam que essa fosse a

data e não tenho outros detalhes para dar. Não tenho conhecimento de nenhuma agenda específica, mas sim sei do interesse do Secretário-Geral da OEA de realizar este encontro, vontade esta ratificada por ocasião de sua presença muito recente, na Cúpula na qual tivemos ocasião de conversar, reiniciando, entre os organismos de integração, o diálogo mantido em Salamanca com a presença, também, do Secretário-Geral Insulza.

Por conseguinte, senhor Presidente, é tudo o que tenho para informar neste momento.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Tem a palavra a Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Obrigado, Presidente.

Agradeço a informação do Embaixador Olima, que agora nos esclarece o doutor Operti, de que está no espírito do Secretário-Geral da OEA esta convocatória. Eu acrescentaria exatamente as palavras do Embaixador Olima, conhecer os tipos de convites, quais os interesses, por que um organismo como a OEA gostaria de conhecer mais sobre os processos de integração e que isso não passa somente e precisamos por convidar as Secretarias dos espaços de integração. Creio que o diálogo, certamente, deveria ser feito a outros níveis e de outras perspectivas. Haveria que ver a agenda e os interesses são muito importantes e compartilho com o Embaixador Olima no sentido de que mereceria uma discussão política neste Comitê. Somente neste momento, para fazer essa indicação e esperamos poder discuti-lo em algum momento e ter propostas também para este tipo de convocatória ou de interesse que também pudesse ser resolvido aqui. Poderíamos convidar o Secretário-Geral da OEA para que nos visite e poder discutir conosco amplamente este tema aqui na Sede de nossa Associação.

PRESIDENTE. Obrigado à Delegada da Venezuela. Não havendo outras intervenções encerra-se a sessão e a seguir, estaríamos reunindo-nos para receber o Secretário da CAF.
